

Percursos e desafios nas relações civil-militares na Nova República (1985-2020)

Paths and challenges in civil-military relations in the New Republic (1985-2020)

WALLACE DA SILVA MELLO

ELAINE BORGES DA SILVA SUETH

RESUMO

Abordando um dos processos políticos mais importantes ocorridos no Brasil, mas também em outros países da América Latina, o presente artigo buscou examinar o percurso histórico participação dos militares na política na Nova República e responder às seguintes questões norteadoras: de que modo os militares estiveram presentes nas questões políticas do Brasil no pós-ditadura? Quais foram os pontos de tensão e de discussão entre setores das Forças Armadas e a sociedade no Brasil? Para tanto, elaborou-se uma revisão de literatura sobre o tema das Forças Armadas e Política, e, metodologicamente, adotaram-se as técnicas qualitativas de análise de conteúdo de documentos sobre Defesa e também de artigos e entrevistas de militares e civis publicados na mídia. Os resultados apontam para um conjunto expressivo de situações que indicam um grau elevado de presença dos militares no debate público. Desde questões como a história e responsabilização pelos crimes da ditadura de 1964-1985 até questões políticas como a criação do Ministério da Defesa e dos documentos de Defesa, houve presença militar, tanto propondo como criticando os temas de interesse nacional. Destaca-se o

fato de que os militares não são um grupo homogêneo, mas com alguma diversidade de ideias e objetivos. A transição para a democracia lhes permitiu autonomia em determinados setores, contribuindo para a politização de questões em diversos momentos. A Minustah, a missão de paz no Haiti com significativa participação militar brasileira, foi um importante momento de busca de reconstrução positiva da imagem dos militares interna e externamente, processo que se percebe em risco a partir da presença e participação no (bem como defesa do) governo Bolsonaro (2019-2020) por parte de diversos militares.

Palavras-chave: Militares; Política; Nova República.

ABSTRACT

Focusing on one of the most important political processes that occurred in Brazil, but also in other Latin American countries, this article sought to examine, even partially, the historical path of military participation in politics in the New Republic and seeks to answer the following questions: how were military personnel present in Brazil's political issues in the post-dictatorship? What were the points of tension and discussion between sectors of the Armed Forces and society in Brazil? To this end, a literature review on the theme of the Armed Forces and Politics was elaborated, and, methodologically, the qualitative techniques of content analysis of documents on Defense were adopted, as well as articles and interviews of military and civilians published in the media. The results point to a large set of situations that indicate a high degree of presence of the military in the public debate. From issues such as history and accountability for the crimes of the 1964-1985 dictatorship to political issues such as the creation of the Ministry of Defense and Defense documents, there was a military presence, both proposing and criticizing the themes. The fact that the military is not a homogeneous group is highlighted, but with some diversity of ideas and objectives. The transition to democracy allowed the military a lot of autonomy in certain sectors, contributing to the politicization of issues at different times. Minustah was an important moment in the search for a positive reconstruction of the military's image internally and externally, a process that is at risk from the presence and participation on the (as well as defense of the) Bolsonaro government by several military personnel.

Key words: Military; Politics; New Republic.

1 - OS MILITARES E A TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: OS ATORES POLÍTICOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO

A década de 1980, conhecida como a “década perdida”, foi marcada por uma estagnação econômica que provocou uma urgência no repensar de políticas econômicas e sociais em toda a América Latina. No campo político, a partir de 1985, viu-se o esgotamento de ditaduras militares que culminaria com o processo de redemocratização em diferentes países e de diferentes formas, seja de forma abrupta, como na Argentina, seja de forma negociada, como no Brasil. Esse último caso é país que está voltado nosso interesse.

No Brasil os militares seriam os grandes condutores da transição política. Nas palavras do próprio presidente Ernesto Geisel (1974-1979), a distensão deveria ser “lenta, gradual e segura” (O GLOBO, 1978, p. 7). Já no processo de discussão da Lei da Anistia, por fim aprovada em 1979, os militares preocupavam-se com sua imagem e a necessidade de conduzirem o processo para a democracia, ainda que não houvesse, como não há, consenso entre setores dentro da própria instituição.

A anistia é essencial para compreendermos o processo de abertura política do país e sua posterior redemocratização. Em junho de 1979, o presidente João Batista de Oliveira Figueiredo encaminhou ao Congresso o projeto de lei, que, ao ser aprovado, expressava em seu primeiro artigo:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. (BRASIL, 1979).

Pelo primeiro artigo já é perceptível como a anistia é “ampla, geral e irrestrita”, buscando não culpabilizar o Estado brasileiro, na figura dos militares, pelos crimes cometidos contra seus cidadãos. De acordo com Oliveira (1994), a questão da anistia tem um duplo sentido: ao mesmo tempo em que foi uma conquista democrática, foi também um muro protetor à instituição militar. O autor afirma que, mesmo na democracia, a anistia parecia estar fadada a “morrer no nascedouro, já que qualquer tentativa de responsabilizar indivíduos ou o aparelho militar (inclusive por fatos ocorridos após a anistia) tem merecido o (des)qualificativo de revanchismo” (OLIVEIRA, 1994, p. 110). Revanchismo, segundo os pesquisadores Castro e D’Araújo (2001), era o maior temor das Forças Armadas na transição democrática, o que, principalmente pelo *lobby* militar na Constituinte, não ocorreu.

Para Maria Celina D’Araújo (2010), as Forças Armadas brasileiras queriam sair preservadas do processo de abertura, sem possibilidades de cobranças sobre tortura e desmandos do passado, ao contrário do que ocorreu na Argentina. Certamente o que aconteceu no Brasil em relação à anistia foi o oposto do que houve no país vizinho. O contexto da transição no país vizinho foi muito afetado pela derrota na Guerra das Malvinas em 1982. Lá, os generais e líderes da ditadura estavam desacreditados,

desmoralizados, e foram ao banco dos réus, tendo sido por fim condenados. Os julgamentos possuíam também uma função política, a de mostrar aos argentinos como de fato foi a ditadura em seu país e como se deveria repensar a atuação das Forças Armadas do país. Ou seja, escancararam para a população os fatos mais difíceis, mais intragáveis da atuação dos militares. A população também não se calou: houve manifestações pelos desaparecidos, espera na porta dos tribunais e um constante grito por justiça por seus parentes, amigos ou simplesmente compatriotas. Um processo contrário ocorreu no Brasil, que tem buscado evitar tocar no assunto e manter os porões e arquivos da ditadura fechados. Ao analisarmos a Comissão Nacional da Verdade, implantada em 2010 com o objetivo de reabrir tais arquivos e esclarecer os fatos ocorridos durante o período, ainda que não de maneira punitiva, verificamos como a Comissão sofreu críticas e represálias tanto de setores militares quando de certos setores civis, o que será discutido posteriormente.

A primeira batalha havia sido vencida pelos militares em relação à anistia, pois se impediu sua futura culpabilização. A partir de 1985, ano que marcou a posse do primeiro governo civil desde 1964, ainda que eleito de forma indireta, os militares não saíram do poder, mas de seu centro. De acordo com Soares (2006), a principal marca da passagem da ditadura para a democracia no Brasil foi a continuidade dos militares nos rumos políticos do Brasil, e isso pode ser explicado por três fatores congruentes: a política brasileira (hipertrofia do Executivo, debilidade do sistema partidário, relação assimétrica entre Executivo e Legislativo e não resposta do Estado às demandas econômicas e sociais); a relação entre civis e militares (no caso brasileiro, os militares saíram do poder com alto grau de coesão institucional) e a crise pela qual o país passava, o que demandava do Estado posições políticas, sociais e econômicas urgentes. Assim, percebe-se como no primeiro governo civil, o de José Sarney (1985-1990), a presença dos militares era expressiva, ainda que não se possa afirmar que era um governo militar ou militarizado.

Sarney escolheu como ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, que criou um plano de reaparelhamento do Exército brasileiro, buscando soluções para as novas demandas estratégicas que o país enfrentaria. É comum que se utilize o termo “tutela militar” no primeiro governo civil brasileiro, tanto pela atuação de Pires junto ao presidente quanto pela atuação dos militares na Constituinte.

Para Castro e D’Araújo (2001), as principais preocupações dos militares em relação à Constituinte eram a revisão de atos praticados durante a ditadura militar e a manutenção

da destinação constitucional das Forças Armadas como mantenedoras da lei e da ordem, em caso de convulsões internas. Em pesquisa, os autores entenderam que, na visão dos militares entrevistados, a Constituição estava “olhando para o retrovisor”: preocupada mais com o passado do que com o futuro. Além disso, outro fator apontado seria que a Constituinte teria “partido do zero”, esquecendo-se de experiências anteriores e configurando uma “colcha de retalhos”. Porém, o que ocorreu é que no final do processo da Constituinte os militares conseguiram reverter o processo que eles consideravam prejudicial para a instituição e neutralizaram o chamado “revanchismo” (CASTRO e D’ARAÚJO, 2001, p. 19). O *lobby* militar havia sido proveitoso para a instituição.

Percebe-se, portanto, como a instituição militar foi um dos atores políticos mais atuantes na transição democrática no Brasil. Com sua imagem atrelada à ordem e protegidas pela Lei da Anistia, as Forças Armadas de fato lograram a construção de um “muro protetor” simbólico em torno da instituição. Nos governos civis seguintes, de Collor de Mello (1990) a Michel Temer (2018), as Forças Armadas adquiriram um perfil mais profissional, apartado das decisões políticas centrais, com importantes marcos legais que definiram cada vez a profissionalização dos militares no Brasil.

Porém, como a história não é linear, tem-se observado no último governo, desde a eleição de Jair Bolsonaro (2019), o retorno dos militares ao centro do poder político.

2 - RELAÇÕES CIVIL-MILITARES NO BRASIL PÓS-DITADURA E CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA (1999)

O processo de transição política de um regime autoritário e ditatorial para uma democracia é um processo complexo e que envolve todo um conjunto de dinâmicas políticas, culturais, ideológicas, sociais, institucionais e legais. O marco do governo civil de José Sarney em 1985, a Constituição de 1988 e a eleição geral de Fernando Collor de Mello em 1989 foram pontos importantes no processo de transição do poder militar para o civil, mas não encerram a questão do controle civil nem das funções destinadas aos militares. O’Donnell e Schmitter (1991) consideram que os processos de transição política envolvem três fases: liberalização, democratização e socialização. A fase da liberalização é marcada pela conquista de direitos políticos como *habeas-corpus*, liberdade de expressão e liberdade de associação. A fase da democratização é marcada pela participação nas decisões coletivas, isto é, funciona a partir dos direitos políticos de participação na vida pública. Há ainda a fase da socialização, que é marcada pela consolidação da liberalização e democratização em outras esferas que não a política. Como comenta Borges Filho (1997), se a fase da

liberalização possui um sentido “negativo”, a fase da democratização teria um sentido “positivo”¹. Todo o arcabouço de legislações e transformações políticas ocorridas nos anos 1980 e início dos anos 1990 aponta para um esforço de liberalização e democratização do regime político brasileiro. Entretanto, a consolidação democrática depende de outros elementos.

A ESTABILIDADE de qualquer democracia depende não só do desenvolvimento económico, mas também da eficácia e legitimidade do seu sistema político. A eficácia significa o desempenho real, a medida em que o sistema satisfaz às funções básicas de Governo, tal como a grande maioria da população e poderosos grupos nela abrangidos (seja as grandes empresas comerciais ou as forças armadas) as encaram. (LIPSET, 1967, p. 78, destaque no original)

Uma das questões fundamentais da estabilidade democrática é a confiança nas instituições e, ao mesmo tempo, das instituições no jogo político. Num primeiro sentido, uma das características fundamentais da organização estatal é a divisão e profissionalização de um corpo de funcionários, de uma burocracia. No outro sentido, os grupos sociais, partidos e instituições devem confiar nos procedimentos e estatutos que coordenam um dado sistema democrático. Nesse sentido, a reflexão sobre o funcionamento dos sistemas democráticos passa, necessariamente, pela discussão sobre o controle civil do aparato militar. Assim

Adam Przeworski, cientista político polonês que atua nos Estados Unidos, define como um grande desafio para as novas democracias, ou seja, os sistemas democráticos recentemente reconstruídos após ciclos autoritários ou aqueles decorrentes de sistemas socialistas anteriores: “a democracia somente pode funcionar se os que têm armas obedecem aos que não as têm. Portanto, a tarefa central na construção das instituições democráticas perduráveis é a imposição do controle civil sobre os militares” (OLIVEIRA, 2005, p. 85)

O período conhecido como Nova República foi marcado pela disputa simbólica e efetiva de construção de um sistema democrático que garantisse soberania popular expressa pelo voto em diferentes esferas e direitos civis e sociais de amplo espectro, isto é, liberdade de expressão, circulação, associação, mas também direito à saúde,

¹ O conceito de liberdade positiva pode ser, *grosso modo*, entendido como a liberdade de participação no espaço público, enquanto a liberdade negativa seria o conjunto de valores que preservam a liberdade e autonomia do indivíduo ante as pressões do Estado. Para uma análise dos conceitos de liberdade, ver BERLIN (2002).

à educação e ao saneamento básico. Discute-se nos próximos tópicos o processo de construção do poder civil expresso na criação do Ministério da Defesa e na elaboração e divulgação dos documentos e normas referentes às diretrizes de Defesa do Brasil, a saber, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa.

a. Teorias das relações civil-militares: o controle civil objetivo e o profissionalismo

Para o entendimento do funcionamento do Estado, o estudo das Forças Armadas se torna fundamental. Um dos primeiros autores a pensar academicamente — a partir da Ciência Política e da Sociologia — sobre o tema foi Samuel Huntington em seu texto clássico “O Soldado e o Estado” (HUNTINGTON, 1996[1957]). Além dele, “O Soldado Profissional”, de Morris Janowitz (1967[1960]), também é um dos mais importantes estudos. Esses trabalhos, publicados no contexto do pós-II Guerra, refletiam a preocupação com a presença das Forças Armadas num momento de ausência de conflitos estatais do porte das duas Grandes Guerras (MELLO, 2020). A questão que se colocava era como se daria a relação entre militares e civis num contexto de paz.

A literatura da área, por influência do trabalho de Samuel Huntington, (1957) privilegia a análise, busca e mensuração do controle civil objetivo sobre os militares, compreendendo-se controle civil como o grau de lealdade que o Estado, através de suas elites políticas, obtém dos militares: o Estado é legal e legitimamente reconhecido como fonte das diretrizes políticas, os militares são autônomos (a partir da direção política) nas atividades inerentes à sua profissão, bem como exclusivos no que se refere à proposição de assuntos estritamente militares, e entende-se profissionalização como o preparo para a guerra [...](COSTA, 2017, p. 46)

Uma das formas defendidas de controle civil, que adquiriu um status de o padrão a ser seguido foi o da *profissionalização* dos militares. O ponto fundamental para Samuel Huntington era que “a variável decisiva para que se alcance o assim chamado controle civil objetivo é a profissionalização, ou militarização do militar” (COSTA, 2014, p. 15).

Profissionalizar traria dividendos ao controle democrático sobre os militares e também no âmbito da segurança. Segundo Huntington, o controle civil pode ser subjetivo, por instituição governamental, por classe social, por forma constitucional ou objetivo (HUNTINGTON, 1996). O que diferencia essas formas de controle são relações entre as Forças Armadas e a sociedade. Cada uma possui suas vantagens e desvantagens. Apesar disso, o padrão ideal é garantir o controle civil por meio da maximização da profissionalização militar.

No sentido objetivo, controle civil é a maximização do profissionalismo militar. Mais precisamente, é aquela distribuição de poder político entre grupos militares e civis, distribuição que conduz ao aparecimento de atitudes e comportamentos profissionais entre a oficialidade. O controle civil objetivo opõe-se diretamente a controle civil subjetivo. O controle civil subjetivo atinge seu fim ao tornar civis os militares, fazendo deles espelho do Estado. O controle civil objetivo atinge seu fim ao militarizar os militares, tornando-os instrumentos do Estado. [...] A essência do controle civil objetivo é o reconhecimento do profissionalismo militar autônomo; a essência do controle civil subjetivo é a negação de uma esfera militar independente. (HUNTINGTON, 1997, p. 102)

O ponto central da discussão proposta por Huntington é a preparação para a guerra, isto é, a especialização do militar no ofício da guerra (MELLO, 2020). A consequência esperada da profissionalização é o afastamento da participação política dos militares,

A profissionalização compreende o conjunto de atividades, cursos, treinamentos, que visam especializar o militar na condução da guerra, na perfeita administração e operação dos recursos de violência monopolizados pelo Estado. [...] A profissionalização pretende resolver esse problema [subjugar, pela força o poder civil]: como fazer com que uma instituição criada para instrumentalizar a força não se volte contra o próprio Estado. A resposta de Huntington é a profissionalização. (COSTA, 2014, p. 16)

No esforço de profissionalizar, isto é, militarizar o militar, e de retomar o controle civil sobre os rumos da Defesa no país, é fundamental a construção de instituições e ordenamentos que orientem o comportamento dos atores políticos e sociais em questão. Ao longo das últimas três décadas, dois momentos marcaram a busca pela construção dessa agenda civil sobre tema de Defesa: a criação do Ministério da Defesa e a organização e divulgação dos documentos de defesa do Brasil.

b. O Ministério da Defesa do Brasil

O processo de transição de um sistema político autoritário para um democrático e também do poder militar para civil, não se resume à promulgação de leis, mas carece também de implementação. Isto é, a subordinação militar aos civis precisa ser efetivada a partir de medidas e efetivas e propositivas. Após a estabilização econômica a partir do Plano Real no governo Itamar e a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente, assumindo em 1995, o tema da reforma do Estado passou a fazer parte dos debates

políticos e econômicos no país. É nesse contexto que se propõe a alteração das estruturas militares existentes para que elas se adequem às iniciativas de redução de custos, gastos governamentais e de otimização e maior eficiência institucional.

Cabe registro à parte sobre o Ministério da Defesa. Depois de longas tratativas — afinal, o tema por décadas esteve em aberto na vida institucional brasileira — finalmente, criamos o Ministério, há muito devido. Não o fizemos por modismo e menos ainda por pressão norte-americana², como chegaram a insinuar certos críticos. Simplesmente não tinha mais sentido, dado o avanço institucional do Brasil e necessidade de racionalização e entrosamento entre as Forças Armadas, mantê-las sob a égide de ministérios distintos e mesmos distanciados. Não houve qualquer resistência militar à ideia de que o ministro fosse civil. Talvez preferissem pessoa de prestígio mas não ligada a outras corporações do Estado. (CARDOSO, 2006, p.322)

José Murilo de Carvalho interpretou a transição da ditadura e a criação do Ministério da Defesa como um ponto final no protagonismo militar. Segundo ele:

De 1985 para cá, houve uma desativação do ator militar, não mais graças à ação política de liderança de algum bruxo político, como Vargas, e sim graças à multiplicação de atores, alguns oriundos do trabalhismo de Vargas, mas agora com orientação totalmente independente do governo. [...] Temos não apenas uma política nacional sustentada nesses atores, como também uma agenda nacional dentro da qual as Forças Armadas cumprem papel secundário. Um colega costuma dizer, meio a sério, que hoje a Marinha é uma força militar profissional, a Aeronáutica um grupo de engenheiros que pilota aviões militares e o Exército um partido político. Pode ser que ele tenha razão no que se refere à última caracterização, mas o Exército seria um partido com pouco peso político. E nos últimos anos tem demonstrado que está aceitando com razoável bom senso várias mudanças importantes. [...] Vargas foi um aprendiz de feiticeiro, vítima de uma de suas criaturas, as Forças Armadas políticas. Hoje, a ação desses feiticeiros políticos já é dispensável. Desse ponto de vista, superamos de fato uma fase, [...] sem depender da precariedade de um Poder Moderador e do carisma imperial, e sem depender também da imposição da força encarnada nos militares. Antes que comece a qualificar essa nota, talvez exageradamente otimista, me calo. (CARVALHO, 1999, p. 344-345).

² Houve no contexto da criação do Ministério, algumas discussões sobre a pressão dos EUA para que o governo brasileiro transformasse as Forças Armadas brasileiras segundo as diretrizes do governo estadunidense. Segundo Alsina Jr, “Difundida entre o oficialato estava a suposição de que a iniciativa presidencial [de criar o Ministério da Defesa] seria fruto de pressões internacionais, provenientes especialmente dos Estados Unidos – país cuja política externa teria como objetivo transformar as Forças Armadas latino-americanas em unidades de combate ao narcotráfico” (2006, p. 103)

O processo de criação do Ministério da Defesa durou todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Foi um processo que contou com a participação e direcionamento das próprias Forças Armadas. Nesse sentido, parte da literatura levantou críticas quanto ao caráter pouco transformador do novo ministério para as relações civil-militares no Brasil.

Cabe assinalar um outro aspecto importante dos trabalhos que visavam ao recolhimento de informações que embasariam a modelagem institucional do futuro ministério. Este era o do virtual monopólio exercido pelo estamento militar sobre sua condução. Coube exclusivamente ao EMFA³ coordenar os estudos exploratórios e estabelecer os princípios que fundamentariam a seleção dos dados obtidos. Esses últimos seriam, sucintamente: a não-importação de modelos alienígenas, a mudança com moderação, a não-confrontação da tradição militar brasileira e a rejeição de artificialismos. (ALSINA JR, 2006, p.104)

Alsina Jr (2006) destaca a perspectiva pouco transformadora presente nas discussões sobre a criação do Ministério. Zaverucha (2005) vai além. Segundo a interpretação deste autor

Falácia da autonomia é a crença na possibilidade de analisar o Ministério da Defesa brasileiro separado do contexto político que o criou. É impossível esperar que tal ministério atue de acordo com os princípios democráticos se o sistema político não se move nessa direção. Por isso mesmo, o modo como o Ministério da Defesa funciona é um dos indicadores da (falta de) saúde da democracia no país. Escrevi “funciona” pois sua criação *per se* não é suficiente para garantir que as Forças Armadas estão submetidas ao controle civil⁴. Por isso mesmo, não compartilho com a posição de Carvalho (1999) (ZAVERUCHA, 2005, p. 213)

Além dessas críticas sobre o caráter “pactuado” do processo de transição e criação do Ministério da Defesa, outros pontos que surgiram à época e que demonstram certo protagonismo militar que tencionou o processos foram as disputas entre as Forças Singulares pelo maior ou menor destaque que o Exército teria na formatação do novo

³ Estado Maior das Forças Armadas.

⁴ A perspectiva de Zaverucha é a de que a transição e o sistema político da Nova República estavam por demais ligados às estruturas da ditadura para que se pudesse afirmar que, de fato, houve uma transição para democracia.

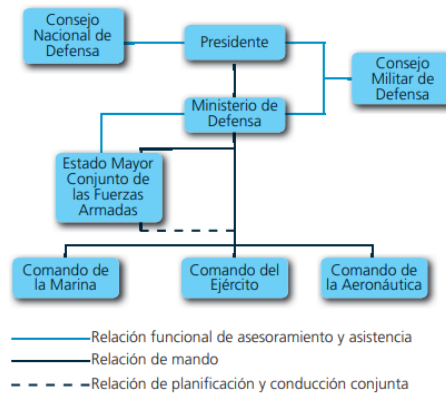
sistema de relações civil-militares no Brasil. Dado o maior contingente de pessoal e a própria maior longevidade da Força, por ser a primeira criada ainda no Império, historicamente o Exército sempre exerceu maior preponderância política e participação do que a Marinha e a Aeronáutica. Nesse sentido, havia o temor, quando da criação e implantação do Ministério da Defesa, de que o Exército ganhasse mais protagonismo e colocasse as outras Forças e suas demandas em ostracismo.

Nessa linha, desenvolveu-se a teoria do “abacate com leite”, que dava conta de que, por mais que se tentasse, ao colocar abacate (Exército) e leite (Marinha) juntos, o resultado seria sempre verde. Temia-se pela preponderância do Exército no novo Ministério, bem como a perda do controle sobre o fundo naval, a diminuição do orçamento e a erosão da excelência da Força. [...] No caso em tela, temia-se também que o histórico de envolvimento do primeiro na política nacional possibilitasse a este alavancar para si a maior parcela dos recursos disponíveis, em detrimento da Força Naval. (ALSINA JR, 2006, p. 130-131)

Além desse ponto, havia a suspeita de que a criação do novo ministério e a mudança de toda a estrutura de Defesa no país representasse um risco de corte de investimentos e de verbas de custeio e funcionamento das Forças, perda de poder político dos ministros e das respectivas Forças por eles representadas⁵, diminuição do autogerenciamento de cada Força, diminuição de cargo de oficiais gerais, enfraquecimento do poder dos militares junto ao governo, envolvimento político nos assuntos de Defesa e criação de mais um nível na cadeia decisória (administrativa e operacional), conforme Alsina Jr (2006, p.106). Após três anos de elaboração e discussão, a Emenda Constitucional nº 23, de 2 de setembro de 1999, criou o cargo de ministro da Defesa, com exigência da nacionalidade brasileira para seu exercício. O Decreto n. 3.466 de 2000 (BRASIL, 2000) definiu a organização do Ministério da Defesa. Embora parte da literatura seja crítica ao potencial do Ministério da Defesa de subordinar o poder dos militares aos civis, deve-se reconhecer a importância da implementação do organismo no Brasil.

⁵ Até aquele momento, cada Força Singular possuía um ministro. Com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, os ministérios foram extintos, e a chefia das Forças Singulares ficou a cargo dos Comandantes, que se encontram abaixo do Ministro da Defesa e a ele devem obediência.

Figura 1: Estrutura do Ministério da Defesa
El sistema de defensa



Fonte: RESDAL, 2016, p. 124.

Quanto ao presidente Cardoso, condicionou de tal modo o desenvolvimento das Forças Armadas e da Defesa Nacional que os chefes militares foram colocados em situação subordinada em relação às iniciativas e à autoridade presidencial. Em razão destes fatores, adotamos como linha divisória na direção civil sobre as Forças Armadas o primeiro governo do presidente Fernando Henrique (1995-1998). E o fator político que estabeleceu tal linha divisória foi a decisão de criar o Ministério da Defesa. (OLIVEIRA, 2005, p. 117)

Além da criação do Ministério da Defesa, outro elemento fundamental para se pensar as relações civil-militares na Nova República foram os documentos publicados entre 1996 e 2012 e que fundamentam a reflexão sobre a Defesa e o papel dos militares no Brasil. Como se verá, longe de resolverem a questão, esses documentos constituíram-se em importantes momentos de reflexão e de propostas de mudanças e reorientações sobre os rumos das Forças Armadas no Brasil. Assim como a definição de políticas e propostas, a definição de conceitos e fundamentos políticos, econômicos, culturais e ideológicos de ação das Forças Armadas é fundamental para o entendimento dos modelos ou moldes de participação desejada para essas Forças.

c. Do arcabouço teórico e conceitual: da PDN ao Livro Branco de Defesa

A Política Nacional de Defesa⁶ foi um documento publicado pelo governo brasileiro em 1996, fruto da reflexão de civis e militares quanto à necessidade de se

⁶ Na primeira formulação, em 1996, havia uma mudança de nomenclatura, pois se tratava da Política de Defesa Nacional (PDN).

repensarem os direcionamentos das Forças Armadas segundo as novas diretrizes em um mundo pós-Guerra Fria, mas também fruto das tensões internas no Brasil e da importância de atualização conceitual das Forças Armadas para os novos tempos pós-ditadura. Nesse sentido, havia uma crise de identidade dentro das Forças Armadas no novo contexto democrático, dado que durante praticamente todo o período republicano — sobretudo no pós-1935⁷ — os militares organizaram suas ações e estratégias visando à defesa contra o “inimigo interno”⁸, conceito cristalizado nas diretrizes da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada sob influência dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e do enfrentamento à influência da União Soviética.

Além disso, as disputas entre as Forças Singulares por projetos, orçamento e a ausência de uma definição sobre os fundamentos da organização do setor de Defesa no Brasil levaram o presidente Fernando Henrique Cardoso a defender e definir como fundamental a produção de um documento sobre o tema no Brasil.

A PDN não surge somente como resposta ao desconforto do supremo mandatário com a dissensões existentes entre os ministros militares e as decorrentes pressões de parte a parte com o fito de convencê-lo sobre quem estava com a razão, mas sobretudo pela insatisfação de FHC com a forma de condução imprimida pelo Ministério da Marinha. (ALSINA JR, 2006, p. 110)

Em dois meses, o documento foi elaborado e, assim como ocorreu no processo de transição e mesmo na constituição do ministério da Defesa, buscou-se o consenso artificial e a manutenção de visões não antagônicas — ainda que não coincidentes (ALSINA JR, 2006). Alguns dos principais pontos trazidos pelo documento eram a (tentativa de) conceituação e diferenciação entre Segurança e Defesa, a definição de que a função precípua das Forças Armadas é a defesa externa⁹ — o que demonstra uma mudança

⁷ O marco de 1935 deve-se à importância para as Forças Armadas em geral das rebeliões ocorridas em algumas capitais do país naquele ano. Castro (2002) demonstra como os militares construíram um conjunto de tradições a partir do movimento conhecido como “Intentona Comunista de 35”. O anticomunismo constitui-se em importante elemento de construção de identidade militar no Brasil.

⁸ Segundo Stepan (1975), “desde o princípio, a ESG era anticomunista e estava empenhada na Guerra Fria. Mesmo antes que a ênfase na Guerra Fria mudasse, nos Estados Unidos, da guerra atômica para a revolucionária, a ESG tornou-se o centro do pensamento ideológico relativo à estratégia contrarrevolucionária no Brasil. Já que o comunismo era um inimigo, os EUA, sendo o principal país anticomunista, era um aliado natural” (STEPAN, 1975, p. 132).

⁹ Alsina Jr (2006) aponta que há muita imprecisão sobre o que seria Segurança e suas implicações e Defesa e suas implicações para o país, pois se a função das Forças Armadas é agir no plano de defesa externa, é necessário definir claramente quais são as situações em que o uso das Forças Armadas é

substancial em relação à Doutrina de Segurança Nacional da ESG —, uma breve análise do cenário internacional e regional e um conjunto de objetivos apresentados:

I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; **II.** defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; **IV.** contribuir para a estabilidade regional; **VII.** manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; **VIII.** conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; **X.** estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais (BRASIL, 2005, p. 29-30).

Além dos elementos acima citados, tais como defesa externa, chama atenção a preocupação com o concerto mundial de estabilidade e paz, a profissionalização, adestramento e estruturação das Forças Armadas brasileiras e o desenvolvimento de uma base logística de defesa.

O fato é que o primeiro e tão esperado documento, o DPND de 1996 — que pode ser classificado como mera carta de intenções, ampla, vaga e genérica —, não cumpriu com os objetivos que norteavam a revisão da Defesa, gerando discussões que perduraram até o momento atual, no governo de Lula da Silva (WINAND; SAINT-PIERRE, p. 58, 2007).

Apesar de representar um avanço em se publicar o primeiro documento de Defesa desde a ditadura, o caráter genérico e superficial do documento o tornou menos eficaz do que poderia (SOARES, 2011, p. 73). Além disso, o documento manteve prerrogativas e abriu novas concessões aos militares, mantendo pouco alterado o padrão de relações civil-militares no Brasil (WINAND; SAINT-PIERRE, 2007).

Doze anos depois, em 2008, foi publicada a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008). Se a publicação daquele documento sofreu críticas pelo caráter pouco inovador ou propositivo, a END se afirmou como uma tentativa do governo brasileiro caminhar no aprofundamento das discussões sobre Defesa no Brasil.

permitido ou desejado. Ademais, a definição clara de Defesa e Segurança também permitem uma melhor alocação de recursos orçamentários.

O documento mais relevante pelo seu impacto e vigor analítico foi a Estratégia Nacional de Defesa, apresentada em 2008, pelo presidente Lula. Uma orientação deste nível contribui para que se distingam dois níveis decisórios. As decisões políticas e das estratégias em sentido mais amplo de Defesa como atributos dos governos eleitos, ao passo que às Forças Armadas se reservariam as tarefas de execução. (SOARES, 2011, p. 74).

A END apresentava diretrizes, objetivos para cada Força Singular e, em conjunto, os setores estratégicos a serem desenvolvidos — a saber, o espacial, o cibernético e o nuclear — bem como a reorganização da Base Industrial de Defesa (BID) e reflexões sobre o Serviço Militar Obrigatório (BRASIL, 2008). Diferente da PDN de 1996, a END propõe um conjunto de medidas de implementação dos objetivos e diretrizes sobre a Defesa Nacional. Segundo Soares, “O diagnóstico foi mais aprofundado e largo, houve a indicação de objetivos mais gerais da Defesa com o estabelecimento de estratégias consentâneas” (2011, p. 76).

Na END prevalecem eixos que reorganizam as Forças Armadas e que criam condições para desenvolvimento tecnológico autônomo aliado à indústria bélica, além da compreensão de que as questões de Defesa e Segurança Internacional do país devem ser debatidas e monitoradas pela nação brasileira. A Defesa aparece como escudo do desenvolvimento, compatibilizando-se demandas que, antes de serem entendidas como díspares, devem ser satisfeitas ao longo do tempo e ao mesmo tempo, como necessária dialética. (JULGMANN, 2010, p.478)

Em 2012, o governo Dilma publica o Livro Branco de Defesa Nacional — LB (BRASIL, 2012) que é, em termos de tamanho e conteúdo, o mais completo documento sobre Defesa Nacional publicado no Brasil. O LB apresenta os fundamentos, objetivos, diretrizes e as estruturas organizacionais de Defesa do país, projetos implementados e/ou em andamento e a própria economia de Defesa (orçamento, investimentos etc.).

Não há dúvida quanto à participação de civis e militares na discussão e implementação desse conjunto de propostas em documentos de Defesa. Apesar disso, a implementação de controle e subordinação dos militares ao poder civil permaneceu, ao menos parcialmente em aberto, dado que as propostas e iniciativas deixaram brechas e atenderam a demandas dos militares. No próximo tópico, exploram-se mais algumas tensões entre civis e militares na Nova República.

d. Acerto com o passado? Comissão Nacional da Verdade e as relações civil-militares no Brasil

Ainda na década de 1990, outro tema gerou muitas discussões nos meios civil e militar e tensionou o cenário político e institucional no Brasil. A ausência de discussão sobre os crimes e violências do período da ditadura, a não responsabilização por parte do Estado e dos indivíduos envolvidos e o próprio caráter negociado da anistia de 1979 eram desafios para a consolidação democrática no país, sobretudo para movimentos sociais e políticos de vítimas da ditadura. Por outro lado, associações, grupos e representantes das Forças Armadas temiam que qualquer iniciativa no sentido de revisitar o período da ditadura pudesse servir de pretexto para revanchismos e para a punição de militares e policiais que agiram no contexto ditatorial. No centro da discussão, estava o debate sobre a eventual revisão da Lei da Anistia e a própria batalha pela memória do período da ditadura.

Na batalha pela memória, a principal questão na Nova República foi o debate nos anos 2010 a 2014 sobre a criação, formatação, implementação e reconhecimento da Comissão Nacional da Verdade e de seu relatório. As Comissões da Verdade:

se espalharam pelo mundo a partir dos anos 1980 e 1990, acompanhando o que Huntington chamou de “terceira onda de democratização” (HUNTINGTON 1994). Em países de transição política recente, com frágeis e incertos arranjos de poder, elas se apresentaram como alternativa ao modelo disruptivo de tribunais judiciais. [...] Grosso modo, comissões da verdade foram ou são (i) corpos não jurídicos (ii) organizados nacionalmente (iii) durante períodos de transição política¹⁰ (iv) em torno dos princípios de escuta e autoridade moral de pessoas autoidentificadas e reconhecidas vítimas cujos (v) testemunhos são recolhidos por figuras idealmente reputadas por sua moderação e capacidade de escuta e mediação de atores em lados opostos de sociedades divididas.[...] Nesse documento final, os inúmeros casos de vitimação individual são articulados em torno de uma narrativa que se pretende abrangente e consensual mesmo em contextos de profunda divisão social. Como consequência, (xix) busca-se garantir a não-repetição do passado e seus ciclos de violência. (HOLLANDA; ISRAEL, 2019, p. 3-4).

Entretanto, os embates entre civis e militares são anteriores. Desde a transição são conhecidos processos e tensões entre civis e militares pela responsabilização dos últimos nas mortes e desaparecimentos de civis. Em dezembro de 1995, o presidente Fernando

¹⁰ O processo político brasileiro, nesse sentido é *sui generis*, dado que a Comissão da Verdade é efetivada mais de 20 após a transição para o governo civil, no Brasil com José Sarney.

Henrique Cardoso sanciona a Lei 9.140 (BRASIL, 1995), que cria a Comissão de Desaparecidos e Mortos Políticos¹¹, que passa a trabalhar junto às famílias de desaparecidos e mortos políticos emitindo certidões de óbito e processando reparações financeiras às vítimas e familiares das vítimas. Militares da reserva e defensores da ditadura manifestavam-se contra a comissão e seu trabalho de resgate da memória política do país¹². Santos (2009) aborda o tema a partir das publicações e movimentações dos grupo de pressão de militares da reserva.

O governo eleito democraticamente [de FHC] possuía legitimidade para seguir adiante e o Congresso estava oxigenado pelos novos parlamentares que assumiram em 1995. Os manifestos dos grupos se tornam cada vez mais raros nas edições do *Ombro a Ombro* e do *Letras em Marcha* e de certa forma, o *fantasma* do golpe parecia estar longe. Porém uma série de acontecimentos protagonizados pelo governo instiga nova reação dos militares da reserva. A criação da Comissão de Desaparecidos Políticos e as novas informações sobre os casos de tortura causaram espécie aos grupos. Em 1995, sob pressão do governo inglês, o Planalto retirou o adido militar na Inglaterra, coronel Armando Avólio Filho, acusado pelo grupo Tortura Nunca Mais de ter sido torturador no regime militar (SANTOS, 2009, p. 105-106).

Com a eleição de Lula da Silva, em 2003, houve uma série de pressões de movimentos sociais e políticos para que a anistia fosse revista e a temática da tortura e violência da ditadura fosse trazida à tona (OLIVEIRA, 2013). A primeira proposta da Comissão apareceu no Plano Nacional de Direitos Humanos-3, propondo, entre outras coisas: o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos por agentes de Estado na repressão aos opositores¹³, a supressão da Lei da Anistia, o acesso a documentos

¹¹ Em 2019 o presidente Jair Bolsonaro promoveu a mudança de membros da Comissão no contexto de falas do presidente negando que Fernando Santa Cruz, pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Felipe Santa Cruz, tivesse sido morto pelo Estado brasileiro como atestava documento emitido pela comissão. A própria retórica midiática e alteração na composição da comissão sugerem um processo de diminuição de importância da mesma e a retomada do discurso oficial do período da ditadura e sobretudo da Anistia de que tais fatos são “página virada”. (SORANO & NERI, 2019).

¹² O então deputado Jair Bolsonaro foi criticado por afixar um cartaz com os dizeres: “quem gosta de osso é cachorro” na porta de seu gabinete no Congresso, em protesto contra os trabalhos da Comissão de Mortos e Desaparecidos no Araguaia. (XAVIER, 2009).

¹³ Oliveira (2013) discute a questão das propostas de revisão do passado da ditadura e critica a perspectiva “unilateral” segundo a qual a comissão da verdade deveria focar apenas nos casos de violências cometidos por agentes estatais. Embora crítico dos abusos e violações de direitos humanos na

produzidos pelo regime militar e o incentivo à temática de direitos humanos em escolas de formação inicial e continuada das Forças Armadas¹⁴.

Durante a discussão da proposta e das investigações efetuadas pela CNV, os militares da reserva e da ativa mantiveram-se organizados e manifestando críticas à iniciativa. O então deputado federal Jair Bolsonaro, notório defensor dos militares e da ditadura, afirmou

O governo não quis discutir a fundo o projeto na Câmara por muitos motivos, entre os quais a sua inconstitucionalidade, principalmente pelo revanchismo explícito de setores que não aceitam a Lei da Anistia, já reconhecida até no STF. Por isso, o texto foi aprovado sem debates.[...] Preocupado em blindar autoridades que compõem o atual governo, o projeto ainda limita as apurações a crimes de tortura, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, não prevendo os praticados pela esquerda, como sequestros, justiçamentos (muito utilizados no Araguaia), latrocínios, carro-bomba e obtenção de recursos de países cujos regimes ditatoriais persistem até hoje.[...] O projeto joga os militares no covil das hienas, reabrindo feridas e atingindo diretamente a hierarquia e a disciplina castrense na medida em que os comandantes militares, com o silêncio que lhes é imposto, permitem que um ex-guerrilheiro, assessor especial do ministro da Defesa, fale por eles. (BOLSONARO, 2011)

Coimbra (2017) questiona os recuos na proposta da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que foi aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidência através da Lei nº 12.528, de 18 de Novembro de 2011, sobretudo, o fato da CNV não possuir caráter punitivo, mas apenas de direito à verdade. A finalidade seria “examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas no período”, a fim de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011). A Comissão Nacional da Verdade foi aprovada e o relatório final foi entregue à Presidência da República em 2014¹⁵. Não sem resistências do setor militar e críticas à ineficácia em setores da sociedade e movimentos sociais. O ponto é que a CNV e os debates por ela

ditadura, nesse ponto a leitura de Oliveira se aproxima da dos militares que defendem o estudo e publicização dos crimes “dos dois lados”.

14

15 Embora seja fundamental para a compreensão das relações entre civis e militares no Brasil, dado o espaço reduzido, não será possível promover uma apreciação sobre o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Todo o conteúdo encontra-se disponível em

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571

Acessado em 09/04/2020.

suscitados demonstram a dificuldade que a sociedade brasileira, em especial os setores castrenses, tem em lidar com o passado autoritário brasileiro e respeitar os direcionamentos dados pelos civis eleitos em pleitos democráticos e competitivos.

3 - FORÇAS ARMADAS E SUA ATUAÇÃO INTERNA E EXTERNA: DAS MISSÕES DE PAZ ÀS OPERAÇÕES DE GLO.

Até o momento, no presente trabalho, discutiu-se a relação entre Forças Armadas brasileiras e poder político no Brasil na Nova República, seus percursos e controle civil através da criação do Ministério da Defesa e demais documentos analisados. A partir deste momento, serão discutidas duas formas de atuação da instituição que contribuíram para sua imagem positiva na Nova República — a presença militar na missão de paz no Haiti entre 2004 e 2017 — a Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti Minustah — e a atuação nas operações de garantia de lei e da ordem — GLO, desde 1992.

As operações de manutenção da paz, ou simplesmente conhecidas como missões de paz, têm por objetivo manter a paz e segurança internacionais de uma maneira mais efetiva. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), elas se regem por três princípios básicos: consentimento das partes, imparcialidade e o não uso da força, exceto em legítima defesa e em defesa do próprio mandato. Apesar de a primeira missão de paz ter ocorrido em 1948, na Índia e no Paquistão, o Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DKPO), que efetiva as missões, somente foi criado em 1992. De acordo com a ONU, o objetivo das atuais missões de paz não é somente manter a paz e a segurança, mas também:

Facilitar processos políticos, proteger civis, ajudar no desarmamento, na desmobilização e a reintegração de ex-combatentes, apoiar a organização de processos eleitorais, proteger e promover os direitos humanos e ajudar a restabelecer o Estado de direito. (ONU, 2018, tradução nossa¹⁶)

Com o fim da Guerra Fria em 1989 e a redefinição de atores internacionais, a ONU tornou-se mais ativa nos processos políticos decisórios em diversos países e passou a

¹⁶ Texto original: Los objetivos de las actuales operaciones multidimensionales de mantenimiento de la paz son, no solo mantener la paz y la seguridad, sino también facilitar procesos políticos, proteger a civiles, ayudar en el desarme, la desmovilización y la reintegración de ex combatientes; apoyar la organización de procesos electorales, proteger y promover los derechos humanos y ayudar a restablecer el estado de derecho.

intervir de fato nas situações de conflito, em missões multidimensionais, e não mais tradicionais¹⁷.

O Brasil contribui com as missões de paz lideradas pela ONU não somente no contexto pós-Guerra Fria, mas desde 1947, quando observadores militares foram levados aos Bálcãs. Há interesse brasileiro de colaboração com a ONU em vários aspectos, como ajudar a solucionar conflitos; manter o cessar-fogo; confirmar se os acordos de paz estão sendo mantidos; trabalhar na remoção de minas, entre outras funções. Portanto, a intervenção brasileira está de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas — que trata de ações relativas a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão —, no qual o emprego das Forças Armadas torna-se o último recurso necessário para a manutenção da paz.

De todas as missões de paz de que o Brasil participou, destaca-se inegavelmente a Missão de Paz para estabilização do Haiti — a Minustah (2004-2017). Na verdade, a presença da ONU no Haiti se deu a partir de 1993: a Missão das Nações Unidas no Haiti UNMIH (setembro de 1993 a junho de 1996), a UNSMIH (julho de 1996 a julho de 1997), a UNTMIH (agosto a novembro de 1997), a MIPONUH (dezembro de 1997 a março de 2000) até a Minustah. O Haiti vem sofrendo intervenções e sanções internacionais de longa data e continua sendo o país mais pobre das Américas.

Em relação à presença brasileira na Minustah, ela foi expressiva do início ao fim. Tal presença era percebida através de sua liderança militar e de tropas brasileiras, que eram treinadas a partir do Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil — CCOPAB, criado, em 2005, com o objetivo específico de treinar as tropas de forma padronizada à ONU, conforme recomendação do próprio órgão.

A presença brasileira no Haiti contribuiu para o resgate da imagem do Exército brasileiro, principalmente, após o terremoto de janeiro de 2010 (TARDIN, 2015) e tornou-se, segundo Gratius (2007),

a proa da nau brasileira que se dirige a um novo papel de pacificação na região (...) O compromisso do Brasil com a Minustah permite vincular o Haiti à agenda latino-americana e concebê-lo, por vez primeira, como parte da geografia e identidade cultural da região. Ademais, servirá de

¹⁷ A diferença entre missões tradicionais (durante a Guerra Fria) e multidimensionais (atuais) é que as últimas possuem características diversas, como remoção de minas, auxílio à população local, ajuda nas eleições e manutenção da segurança do local. As tradicionais se limitavam a reportar à ONU se os direitos humanos estavam sendo desrespeitados.

plataforma à intensificação de laços bilaterais entre Brasil e Haiti, e à promoção da cultura brasileira no Caribe. (GRATIUS, 2007, p. 19-20).

Para além do resgate da imagem brasileira e seu protagonismo regional, a Minustah permitiu ao Brasil exportar sua “diplomacia solidária”, definida por Seitenfus como:

a concepção e a aplicação de uma ação coletiva internacional, sob os auspícios do Conselho de Segurança, feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e movidos unicamente por um dever de consciência ou por interesses difusos (2007, p. 12).

De acordo com a Constituição de 1988, as relações internacionais do Brasil regem-se, dentre outros princípios, pela autodeterminação dos povos, não-intervenção e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. O que se pôde perceber a partir da atuação brasileira na Minustah foi o princípio da não-indiferença, no sentido de uma maior responsabilidade para com todos os países do globo.

Partindo dessa lógica, o Brasil visou, através de seu protagonismo na missão, projetar-se internacionalmente, sendo necessário analisar a Minustah de forma multidimensional: foi interessante ao Brasil colaborar com suas tropas pelos ganhos estratégicos (possibilidade de assento permanente no Conselho de Segurança), ideológicos (o fato da política externa brasileira de então estar de acordo com uma missão organizada e aprovada pela ONU), políticos (liderança regional na América Latina e projeção internacional para o Brasil) e militares (maiores discussões a respeito do emprego das Forças Armadas e o resgate de sua imagem). Por isso, mais uma vez reafirma-se a importância da Minustah para a instituição nas primeiras décadas do século XXI no que se refere ao resgate de sua imagem: primeiramente, a missão não tem nenhuma relação com a ditadura militar ou o passado autoritário brasileiro, o que a torna um evento livre de ressentimentos e, ao mesmo tempo, inédito; em segundo lugar, foi uma missão voltada para a manutenção da paz, de caráter humanitário.

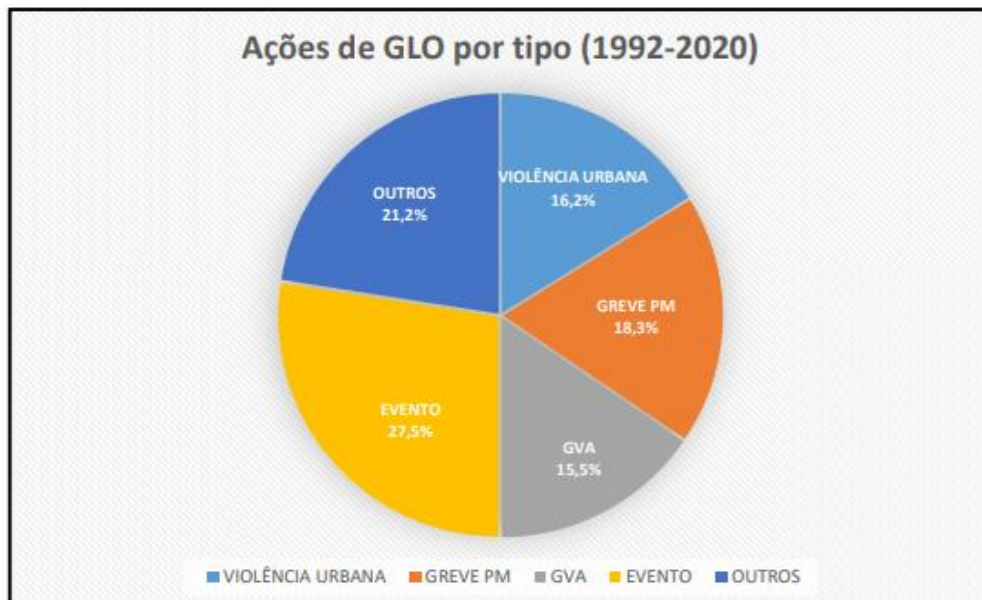
As consequências para a instituição militar, principalmente, para o Exército brasileiro foram visíveis: os principais comandantes militares da Minustah assumiram importantes cargos nos governos civis posteriores, seja comandando as operações de garantia de lei e da ordem (GLO), seja assumindo cargos de ministério no governo de Jair Bolsonaro a partir de 2019, conforme será discutido posteriormente.

As operações de garantia de lei e da ordem, ou GLO foram formalizadas a partir do artigo 142 da Constituição Federal de 1988:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

A partir dessa possibilidade no referido artigo, a de que as Forças Armadas poderiam atuar em operações da lei e da ordem, outras leis complementares trouxeram novas perspectivas para o uso das Forças Armadas na Segurança Pública: a Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar no 117 de 2004, pela Lei Complementar no 136 de 2010 e do Decreto no 3.897 de 24 de agosto de 2001. Desde 1992, foram executadas 142 operações de GLO, que partem da ordem exclusiva do presidente da República, tendo como marco inicial a ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento que teve o Brasil como anfitrião. De acordo com os dados do Ministério da Defesa do Brasil, assim são distribuídas os tipos de operações:

Gráfico 1: Ações de GLO por tipo (1992-2020)



Fonte: Brasil, 2020.

Como se pode observar pelo gráfico abaixo, as operações de GLO configuram-se sobretudo em casos em que a ordem pública está sendo ou poderá ser ameaçada, seja pelo

caso expresso de violência urbana ou pela garantia da votação e apuração (GVA). Neste ponto, as Forças Armadas, obedecendo a uma ordem expressa da Presidência, agem como força policial, mas em casos excepcionais, ainda que 142 operações não podem ser consideradas exceções em um período de 28 anos, pois dá uma média de cinco missões por ano.

Se a Minustah, conforme dito acima, contribuiu para o resgate da imagem dos militares no contexto contemporâneo, por se afastar da memória da ditadura e pelo fato da missão ter sido uma missão de paz empreendida pela ONU, também se pode fazer uma correlação entre as operações de GLO como fator de resgate da imagem das Forças Armadas, especificamente, o Exército brasileiro, principalmente, após 2010, ano marco do terremoto que devastou o Haiti. Como marco daquele ano no Brasil, temos a operação que ocorreu no Complexo do Alemão em novembro de 2010. Na ocasião, a pedido do Governador do Rio de Janeiro, o Ministro de Defesa Nelson Jobim autorizou, com o aval do presidente Lula, o envio de 800 militares e de blindados e aeronaves da Força Aérea, por meio da diretriz ministerial nº 14/2010. As ações das Forças Armadas, especificamente, do Exército, tiveram características típicas de segurança pública, como apreensão de drogas e dinheiro ilegais, confronto direto com os traficantes ainda presentes na Vila Cruzeiro e posteriormente no Complexo do Alemão, além da proteção aos acessos das favelas. Na época, houve aceitação tanto da mídia, quanto da população frente à ação do Exército no Alemão. Uma pesquisa realizada pelo IBOPE também demonstrou confiabilidade nas Forças Armadas na guerra contra o tráfico: 93% dos entrevistados eram favoráveis à participação das Forças Armadas nas operações. A reportagem “A tropa ‘gente boa’ do Haiti” do jornal “Extra de 30 de novembro de 2010 destaca:

A operação no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro e os desafios que o poder público tem pela frente aproximam o Rio do Haiti, onde militares brasileiros também participaram da ocupação de favelas antes controladas por bandidos (...) as boas relações dos soldados do Exército com as comunidades no Haiti levaram os moradores a chamá-los de “*bom bagay*” (gente boa). (VASCONCELLOS, 2010).

Esta operação relaciona-se com a participação brasileira na Minustah e é uma demonstração de como a imagem das Forças Armadas foi resgatada tanto a nível externo quanto a interno. As consequências também foram percebidas pelas posições políticas de destaque de militares brasileiros que lideraram missões tanto no Haiti quanto na atuação da Segurança Pública em operações de GLO. Alguns desses líderes, passaram a ter posição de

destaque no governo do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018, inclusive liderando ministérios estratégicos, o que será analisado a seguir.

4 - O “NOVO” PROTAGONISMO MILITAR NA NOVA REPÚBLICA¹⁸

Pelo exposto até aqui, a utilização do termo “novo”, em referência ao protagonismo militar, é discutível, mas se ainda há dúvida quanto a isso antes de 2018, a partir desse momento tornou-se clara a participação dos militares no jogo político. Não apenas após na eleição, mas mesmo antes pode-se perceber a influência dos militares. Como apresentado anteriormente, os militares, sobretudo do Exército, já faziam parte do cotidiano político nacional há muito tempo, mas a mensagem enviada no *twitter* pelo general Villas-Boas, então Comandante do Exército, repercutiu nacionalmente e foi lida, na véspera do julgamento no STF que poderia favorecer o ex-presidente Lula, como uma tentativa de tutelar o jogo político e as instituições políticas do país.

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais? Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais¹⁹ (VILLAS-BOAS, 2018)

Naquele contexto, Villas-Boas manifestava de modo indireto a indignação com a possibilidade de libertação do ex-presidente Lula e demonstrava o grau de politização das Forças Armadas brasileiras, da reserva e da ativa, no contexto. O próprio general Villas-Boas reconheceu isso:

Eu reconheço que houve um episódio em que nós estivemos realmente no limite, que foi aquele tuíte da véspera da votação no Supremo da questão do Lula. Ali, nós conscientemente trabalhamos sabendo que estávamos no limite. Mas sentimos que a coisa poderia fugir ao nosso controle se eu não me expressasse. Porque outras pessoas, militares da

¹⁸ Serão destacados aqui três momentos chave desse protagonismo: a mensagem do general Villas-Boas quando do julgamento do recurso do ex-presidente Lula, o contexto das eleições e o primeiro ano do governo Bolsonaro. Não será possível, por uma questão de tempo e mesmo de distanciamento histórico, uma análise mais apurada do governo Bolsonaro.

¹⁹ Disponível em https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315174660485122 Acessado em 14/06/2020

reserva e civis identificados conosco, estavam se pronunciando de maneira mais enfática. (VILLAS-BOAS, 2018)

Não foi a primeira vez que um militar da ativa havia manifestado claramente uma mensagem ameaçando as instituições políticas nacionais. Um ano antes, o então general Hamilton Mourão, ainda na ativa, em uma palestra manifestou posição ameaçando uma ação militar na política. Perguntado sobre a crise política durante o governo de Michel Temer, argumentou:

'Pô, por que que não vamos derrubar esse troço todo?' Na minha visão, aí a minha visão que coincide com os meus companheiros do Alto Comando do Exército, nós estamos numa situação daquilo que poderíamos [chamar de] 'aproximações sucessivas'. Até chegar o momento em que ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso. (MOURÃO, 2017)²⁰

No contexto das eleições a fala de um dos *force commanders* da Minustah chamou a atenção. O general Ajax Porto Pinheiro, o último comandante da operação de paz no Haiti, fez um vídeo, disponível em vários canais reacionários no youtube, analisando todo o cenário eleitoral de 2018²¹. Segundo ele,

São duas ideologias distintas que vão entrar em choque. Por isso é diferente. [...] Agora, eles voltam numa situação diferente, e tenho certeza de que eles voltam com sede de vingança. Se eleitos, nós do Exército seremos as principais vítimas [...] não tenham dúvida, se voltarem ao poder eles tentarão fazer o que sua ideologia fez em outros países como a Venezuela. O comunista [...] é o irmão siamês do fascista” O comunista é especialista em acusar o seu adversário do que ele é. Ele chama o adversário de fascista, quando o fascista é ele. Mentiroso, quando mentiroso é ele. Isso é uma técnica comunista usada há muitos anos. Ele não diz que é comunista, ele diz que é socialista. E o socialista é um comunista envergonhado. E o comunista é irmão siamês do fascista. (PINHEIRO, 2018)

²⁰ O trecho, na íntegra, da palestra do general Mourão na loja maçônica está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VJMAtzT9nHM> Acessado em 14/06/2020

²¹ Para uma análise mais completa sobre o vídeo cf. MARTINS, FILHO, João Roberto. O que pensam os militares. Disponível em <https://boletimluanova.org/2020/05/20/o-que-pensam-os-militares/> Acessado em 14/06/2020

O general, que após a eleição assumiu o cargo de assessor especial do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal, reproduz uma narrativa muito semelhante à que grupos reacionários religiosos produzem acerca da doutrina do “marxismo cultural” que vigoraria no país e que ameaçaria os pilares da “civilização ocidental”. E contra esse inimigo interno, mas com ligações internacionais, seria necessário um grau de militância muito intenso. Pode-se perceber que a politização nas Forças Armadas no período eleitoral era muito grande, até porque vários militares se elegeram deputados e senadores no pleito de 2018²² com pautas conservadoras, reacionárias e alinhadas com o governo de Jair Bolsonaro.

O governo de Jair Bolsonaro é o último ponto a ser explorado aqui sobre a relação entre Forças Armadas (FFAA) e política na Nova República. Embora seja difícil analisar um governo ainda em andamento, é possível visualizar a presença militar e uma possível politização das Forças Armadas. Segundo o Tribunal de Contas da União, mais de 6.000 militares, da ativa e da reserva e das três Forças Armadas trabalham em cargos de primeiro, segundo ou terceiro escalão (KAFRUNI, 2020).

Além do presidente e do vice, militares de formação, o governo ainda conta com o general Augusto Heleno (ex-Minustah) como ministro do Gabinete de Segurança Institucional; o general Walter Souza Braga Netto como ministro da Casa Civil; o almirante Bento Albuquerque no Ministério de Minas e Energia; o general Carlos Alberto dos Santos Cruz — ex-Minustah, demitido em junho de 2019, tendo sido substituído pelo general Luiz Eduardo Ramos, ex-Minustah, no Ministério da Secretaria de Governo; o tenente-coronel da Aeronáutica Marcos Pontes²³ como ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; o capitão do Exército Tarcísio Gomes de Freitas à frente do Ministério de Infraestrutura; o capitão do Exército Wagner Rosário como ministro da Controladoria-Geral da União; o general Eduardo Villas-Bôas como assessor Especial do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); o general Otávio do Rêgo Barros como porta-voz; e o general Fernando Azevedo Silva como ministro da Defesa²⁴.

²² Disponível em <https://exame.com/brasil/22-militares-foram-eleitos-para-o-legislativo-como-eles-atuarao/>. Acessado em 14/06/2020

²³ O ministério perdeu o setor de Telecomunicações que voltou a ter um ministério próprio.

²⁴ Nota da edição: em 30/03/21, os então comandantes militares Edson Leal Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antônio Carlos Bermudez (Aeronáutica) colocaram seus cargos à disposição diante do anúncio da demissão do ministro Fernando Azevedo Silva, que foi substituído pelo general Braga Netto, o qual, por sua vez, deu lugar ao senador Ciro Nogueira, do Progressistas, antigo Partido Progressista (GIELOW et al, 2021).

Entre as questões que envolveram os militares no primeiro ano e meio do governo Bolsonaro, destacam-se as comemorações ao golpe militar de 1964 que geraram muitas críticas na mídia, as disputas e tensões entre a ala “olavista” — reacionária religiosa — e setores das FFAA (o momento de maior tensão se deu quando da demissão do general Santos Cruz, em junho de 2019), as medidas de expansão do limite de munição e armamento permitido a civis. Isso gerou muito ruído e críticas, mas os principais pontos da participação dos militares no governo foram as questões orçamentária e da reforma da seguridade social dos militares e as sucessivas ameaças feitas pelo presidente de ruptura institucional e democrática.

Os militares aumentaram sua participação no orçamento federal e foram excluídos de cortes salariais e de aposentadorias como outros setores do poder público quando da Reforma da Previdência (GIELOW; PATO, 2020). Essa é uma das questões levantadas para justificar ao apoio militar ao governo, mesmo com as críticas. Outro ponto é a possibilidade de retorno ao poder perdido após o fim da ditadura. Seja pelo lado econômico, seja pelo aspecto político de projeção institucional e de capacidade decisória, os militares — no governo, principalmente, mas também os da ativa e da reserva — têm agido como instrumento político e influenciado o jogo político nacional.

Do ponto de vista institucional, a situação pode garantir orçamento maior, projeção e a implementação de uma série de projetos importantes para as FFAA, mas também traz um risco enorme de que um fracasso do governo Bolsonaro represente também o fracasso das Forças Armadas. Ainda que se busque diferenciar as FFAA dos militares que trabalham no governo, na prática, com quase 3.000 militares com cargos comissionados e o núcleo do Palácio do Planalto todo militarizado, é muito difícil produzir uma diferenciação efetiva.

CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto, apresentam-se algumas conclusões parciais sobre o tema proposto. Primeiramente, fica evidente que a presença de militares na política, de modo direto ou indireto, não é tão incomum na história brasileira, e, sobretudo na Nova República, a compreensão desse processo passa pela análise da transição do regime ditatorial findado em 1985. É importante que se considere o papel teórico e prático dos militares no arranjo institucional e político brasileiro caso se pretenda uma compreensão melhor dos dilemas políticos enfrentados e também as possibilidades de construção e reconstrução das instituições políticas nacionais.

O processo de profissionalização das Forças Armadas — iniciado no pós-ditadura, com o fim do SNI, a publicação da Política de Defesa Nacional e a criação do Ministério da Defesa — foi importante e produziu algum resultado, mas não foi enfrentado de modo mais incisivo, o que deixou marcas. Os militares permaneceram com “ilhas de autonomia” dentro da estrutura burocrática em que ainda reproduziram visões, tradições e práticas contrárias àquelas demandadas no processo de estabelecimento de um controle civil objetivo sobre o braço armado estatal. Todo o debate sobre a Comissão dos Desaparecidos Políticos e a posterior Comissão Nacional da Verdade, o Ensino Militar nas Academias Militares e de Oficiais e a própria fragilização do Ministério da Defesa e do governo civil, em momentos de crise, apontam para um processo inacabado e que permitiu que houvesse uma articulação de grupos civis e militares reacionários que mantiveram determinadas visões inalteradas.

O governo Jair Bolsonaro pode ser entendido como um governo militar tanto do ponto de vista ideológico, quanto prático, já que o governo reproduz uma narrativa muito alinhada à dos militares — por exemplo sobre os eventos ocorridos entre 1964 e 1985. O mesmo se pode dizer a partir da utilização de diversos militares em todos os níveis do governo, sobretudo no primeiro escalão. Esse processo de militarização pode render frutos, como já o fez, mas também trazer muitos prejuízos à imagem dos militares.

Se a Minustah serviu como oportunidade de deixar para trás as manchas negativas no passado militar e o Brasil adquiriu no plano internacional uma projeção de país comprometido com valores humanos e com o desenvolvimento social dos mais necessitados, a expertise político-militar adquirida lá foi posta em prática no país tanto em ações de GLO, quanto na segurança pública — sendo a intervenção federal no Rio de Janeiro a ação mais simbólica.

O futuro se apresenta nebuloso, com muitas possibilidades: tanto de que os militares conseguirão conter os ímpetus autoritários do governo Bolsonaro — tese defendida quando da vitória do ex-capitão, mas muito questionada após sucessivas defesas feitas pelos militares das posturas da Presidência —, quanto de que numa situação em que as suspeitas de crimes contra os filhos do presidente avancem e se tornem em denúncias e processos, e eles aceitem uma aventura golpista como dantes. Quaisquer que sejam os próximos passos, parece distante imaginar que as Forças Armadas não terão algum papel político no futuro próximo nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA JR, João Paulo. (2006). Política Externa e Política de Defesa no Brasil: síntese imperfeita. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- BERLIN (2002), Isaiah. Dois Conceitos de Liberdade. In: BERLIN, Isaiah. Ensaio sobre a Humanidade: uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOLSONARO, Jair. (2011). Comissão da Retaliação. Jornal O Globo, 26 set. 2011. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/outra-opiniao-comissao-de-retaliacao-2866269> Acessado em 09 abr. 2020
- BORGES FILHO, Nilson. (1997). Santos e pecadores: o comportamento político dos militares Brasil-Portugal. Florianópolis: Paralelo 27 CPGD.
- BRASIL. (1979). Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm . Acesso em: 29 jun. 2021.
- BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Gráfica do Senado.
- BRASIL. (1995). Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm. Acesso em: 09 abr. 2020.
- BRASIL. (2000). Decreto nº 3.466, de 17 de maio de 2000. Aprova a Estrutura Regimental e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança, das Gratificações de Representação pelo Exercício de Função e das Gratificações de Representação - GR do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3466.htm. Acesso em 25 set. 2021.
- BRASIL. (2005). Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5484.htm. Acesso em: 03 abr. 2020.
- BRASIL. (2008). Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6703.htm . Acesso em: 03 abr. 2020.
- BRASIL. (2011). Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm Acessado em 09/04/2020
- BRASIL. (2012). Livro Branco de Defesa Nacional, Brasília. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/LIVRO_BRANCO.pdf . Acesso em 03 abr. 2020.
- BRASIL. (2020). Ações de GLO por tipo (1992-2020). Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/5-tabelas-glo_grafico_por_ano_barras_set_21.pdf . Acesso em: 10 jun. 2020.

- CARDOSO, Fernando Henrique. (2006). *A Arte da Política: a História que Vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, José Murilo de. (1999). *Vargas e os Militares*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *REPENSANDO o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas.
- CASTRO, Celso. (2002). *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.
- CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). (2001). *Militares e Política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. (2017). *Pacificação e reconciliação nacional: da Lei da Anistia à Comissão Nacional da Verdade*. In: BARRETO, Adriana...[et al.]. *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda.
- COSTA, Frederico Carlos de Sá. (2014). *A relação civil-militar e os estudos estratégicos*. *Revista Teoria e Sociedade*. Número 22 Volume: 1 - janeiro-junho de 2014.
- COSTA, Frederico Carlos de Sá. (2017). *Subsídios para o estudo da Teoria Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro, *Revista HOPLOS*, Vol. 1, Número 1.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. (2010). *Militares, Democracia e Desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GIELOW, Igor et.al. (2021). *Atrito com Bolsonaro derruba Comandante das Forças Armadas, na maior crise militar desde 1977*. *Jornal Folha de São Paulo*, 30/03/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/comandantes-das-forcas-armadas-pedem-demissao-em-protesto-contra-bolsonaro.shtml?origin=folha> . Acesso em: 27 set. 2021.
- GIELOW, Igor; PATU, Gustavo. (2020). *Bolsonaro privilegia gastos com militares no primeiro ano de mandato*. *Jornal Folha de São Paulo*, 01 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-privilegia-gastos-com-militares-no-primeiro-ano-de-governo.shtml> . Acesso em: 27 set. 2021.
- GRATIUS, Susanne. (2007). *Brasil en las Americas: una potencia regional pacificadora?* Working Paper n 35, FRIDE. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Brasil-en-las-Am%C3%A9ricas%3A-%C2%BFUna-potencia-regional-Gratius/8a3aa7d35d184ba2d06e6c2a8b6f7f60f567d772> Acesso em: 27 set 2021.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. (2019). *Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática*. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 27, núm. 70, pp. 1-21. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/238/23862735006/html/>. Acesso em: 27 set. 2021.
- HUNTINGTON, Samuel. (1996). *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- JANOWITZ, Morris. (1967). *O Soldado Profissional: um estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD.

- JULGMANN, Raul. (2010). Estratégia Nacional de Defesa. In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sérgio W.; ALSINA, João Paulo (orgs.) Segurança Internacional: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- KAFRUNI, Simone. (2020). Segundo o TCU, 6,1 mil militares ocupam cargos no governo. *Jornal Correio Braziliense*, 17 jul. 2020. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/17/internas_economia_873137/segundo-tcu-6-1-mil-militares-ocupam-cargos-no-governo.shtml . Acesso em: 27 set. 2021.
- LIPSET, Seymour. (1967). *O Homem Político*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MELLO, Wallace da Silva. (2021). Relações Cívicas-Militares no Brasil: interpretações sobre o “poder moderador” e as Forças Armadas brasileiras. *Alamedas, [S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 160–177, 2021. DOI: 10.48075/ra.v8i2.25010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/25010> . Acesso em: 28 set. 2021.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe; WHITEHEAD, Laurence. (1991). *The Transition from Authoritarian Rules: Comparative Perspectives*. John Hopkins University Press: Baltimore.
- O GLOBO. (1978). Geisel, institucionalizador por perseverança. O país. 23 de junho de 1978. Rio de Janeiro: Infoglobo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=2&ordenacaoData=relevancia&allwords=lenta%2C+gradual+e+segura&anyword=&noword=&exactword=> . Acesso em: 29 jun 2021.
- O GLOBO. (2017). General fala em possibilidade de Exército impor solução para crise. 17/09/2017. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/general-fala-em-possibilidade-de-exercito-impor-solucao-para-crise-21835609> Acesso em: 14 jun. 2020.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. (1994). *De Geisel a Collor – Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papyrus.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. (2005). *Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa no Presidência FHC*. Barueri: Manolé.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. (2013). Comissão de Verdade e Percepções Militares. In: MONTEIRO, Álvaro Dias; WINAND, Erica; GOLDONI, Luiz Rogério Franco. *Pensamento Brasileiro em Defesa*. Aracaju: Editora UFS.
- ONU. (2018). Organização das Nações Unidas. Naciones Unidas Mantenimiento de la paz. El mantenimiento de la paz de la ONU: 70 años de servicio y sacrificio. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/es/un-peacekeeping-70-years-of-service-sacrifice> Acesso em 27 set 2021.
- PINHEIRO, AJAX PORTO. (2018). Muito importante!!! Depoimento do General Ajax – A vitória só é conquistada com muita luta. (9m51s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W1m-UAalsHE&t=71s> Acesso em: 27 set. 2021.
- RESDAL. (2016). Atlas Comparativo de la Defensa en America Latina y Caribe. Disponível em: https://www.resdal.org/assets/atlas_2016_esp_00.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.
- SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. (2009). *Extrema-Direita, Volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação em Ciência Política (área de concentração: Estudos Estratégicos). Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF).

SOARES, Samuel Alves. (2006). Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora UNESP.

SOARES, Samuel Alves. (2011). A defesa na política externa da era Lula: de uma Defesa elusiva a uma liderança proclamada. In: FREIXO, Adriano de; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago Moreira; ALVES, Vagner Camilo (Orgs.) A Política Externa Brasileira na Era Lula: um balanço. Rio de Janeiro: Apicuri.

SORANO Vitor; NERI, Felipe. (2019). Bolsonaro e Damares trocam integrantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Portal G1, 01 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/01/bolsonaro-e-damares-trocam-integrantes-da-comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2020.

STEPAN, Alfred. (1975). Os militares na política. Rio de Janeiro: Editora Artenova.

TARDIN, Elaine Borges. (2015). Exército Brasileiro no Haiti, O: A Reconstrução de Uma Imagem Manchada Pela Ditadura Militar. Curitiba: Appris.

VASCONCELLOS, Fábio. (2010). Soldados levam para o Alemão a experiência do Haiti. Jornal Extra, 30 de novembro de 2010. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/soldados-levam-para-alemao-experiencia-do-haiti-19087.html> Acesso em: 27 set 2021.

VILLAS-BOAS, General Eduardo. (2018). Entrevista concedida a Igor Gielow, Jornal Folha de São Paulo, 18 nov. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-nao-e-volta-dos-militares-mas-ha-o-risco-de-politizacao-de-quarteis-diz-villas-boas.shtml> Acesso em: 14 jun. 2020.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Hector. (2007). O legado da transição na agenda democrática para a Defesa: os casos brasileiro e argentino. In: SAINT-PIERRE, Hector. Controle Civil sobre os militares e Política de Defesa na Argentina, Brasil, Chile e no Uruguai. São Paulo: Editora UNESP.

XAVIER, Márcia. (2009). Ofensa de Bolsonaro a mortos no Araguaia vai receber resposta. Portal Vermelho, 27 mai. 2009. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2009/05/27/ofensa-de-bolsonaro-aos-mortos-do-araguaia-vai-receber-resposta/>. Acesso em: 09 abr. 2020.

ZAVERUCHA, Jorge. (2005). FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia 1999-2002. Rio de Janeiro: Record.

Wallace da Silva Mello

Doutorando em Sociologia Política, professor de História na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro

Elaine Borges da Silva Sueth

Doutora em Sociologia Política, professora da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) e